


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1009550-60.2017.8.26.0566**

Classe - Assunto **Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

MIRIAM GARCIA MANOEL propõe ação de repetição de indébito contra INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – IAMSPE, aduzindo que, no processo nº 1006047-02.2015.8.26.0566, obteve o cancelamento do desconto em folha de pagamento referente à contribuição para o réu, com sentença transitada em julgado. Que o cancelamento ocorreu a partir de setembro de 2015. Alega que o direito ao ressarcimento, como no caso, foi decidido em recurso especial repetitivo. Requer a devolução das contribuições pagas no período compreendido entre agosto de 2012 a agosto de 2015, o que totaliza o valor de R\$ 19.231,06. Apresenta planilha de cálculos às fls. 61/65 e demais documentos às fls. 10/60.

Contestação (fls. 77/85) em que o réu sustenta a impossibilidade de devolução porque: a) as contribuições recolhidas já foram utilizadas para cobrir necessidades médicas e hospitalares dos beneficiários do sistema; b) a beneficiária teve a sua disposição todo o serviço médico e hospitalar pelo período em que esteve filiada; c) todos os beneficiários do sistema puderam usufruir de serviços modernos; d) a devolução dos valores representaria enriquecimento sem causa dos beneficiários em detrimento da autarquia; e) o sistema de saúde ficaria desfalcado dos recursos necessários ao seu pleno funcionamento; f) apenas com a citação é que se pode considerar o réu constituído em mora, sendo, assim, indevida a condenação da autarquia requerida ao pagamento de valores recolhidos anteriormente à sua citação no processo em que a autora buscou a cessação dos descontos. Impugna ainda os cálculos que instruem a inicial, alegando que: a autora não aplicou os índices de correção monetária previstos na Lei Federal nº 11.960/09 (TR),


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

após 25/03/2015; quanto à remuneração da mora, não deve subsistir o critério adotado pela autora de 1% ao mês; a apuração do valor pretendido incluiu juros moratórios para período em que a mora fazendária ainda não estava configurada. Requer ainda que seja reconhecida a prescrição quinquenal da parcela relativa ao mês de agosto de 2012.

Réplica de fls. 88/96,

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Em ação judicial anterior, a autora obteve a cessação dos descontos efetuados pelo réu em sua folha de pagamento, com fundamento na inconstitucionalidade da exigência compulsória de contribuição para ações e serviços de saúde pelo Estado.

Nesta oportunidade, pleiteia a autora o ressarcimento dos valores indevidamente descontados até o cancelamento dos descontos.

Frise-se que no pertinente à restituição das contribuições pagas, vinha-se enquadrando a exação como um tributo, embora indevido e inconstitucional, portanto gerando o direito à repetição nos termos do art. 165 do CTN, no prazo de 05 anos contados da extinção do crédito tributário, *in casu*, do pagamento efetuado mediante desconto (art. 168, I, CTN).

Era o entendimento do STJ, destacando, inclusive, ser "desimportante, para fins de repetição, ter sido o serviço de saúde disponibilizado ou usufruído pelos seus beneficiários": (AgRg no REsp 1291268/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, 1ªT, j. 18/09/2012)

No mesmo sentido: AgRg no REsp 1.186.727/MG, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, 1ªT, j. 22/06/2010; AgRg no AREsp 89.458/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ de 23/5/2012; REsp 1.294.775/RS, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 5/3/2012; AgRg no REsp 1.273.885/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 2/8/2012.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Ocorre que o mesmo STJ, no REsp 1348679/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 1ªS, j. 23/11/2016, recurso repetitivo, procedeu a uma mudança em sua jurisprudência, passando a entender que o STF apenas afastou a compulsoriedade da contribuição para a saúde, mas "tornou possível a materialização de relação jurídico-administrativa de fornecimento de serviços de saúde aos servidores ... mediante comprovação da adesão ao serviço oferecido".

Entendeu-se que, "observadas as características da boa-fé, da voluntariedade e o aspecto sinalagmático dos contratos, a manifestação de vontade do servidor em aderir ao serviço ofertado pelo Estado ou o usufruto da respectiva prestação de saúde geram, em regra, automático direito à contraprestação pecuniária, assim como à repetição de indébito das cobranças nos períodos em que não haja manifestação de vontade do servidor."

No presente caso, porém, não veio aos autos qualquer indicação de que a parte autora tenha voluntariamente aderido a esse serviço, ou tenha dele usufruído efetivamente, razão pela qual reconhece-se o direito à repetição das parcelas pagas até a cessação dos descontos, devendo ser observado o prazo de 5 anos retroativos.

Nesse passo, observo que o pedido de devolução das parcelas merece ser acolhido com a inclusão da parcela do mês de Agosto/2015, pois, muito embora tenha havido em 13/07/2015 o deferimento da liminar, confirmada em sentença, para que o réu se abstivesse de cobrar a contribuição de 2% sobre a remuneração da autora, conforme consta destes autos às fls. 60, houve o desconto referente ao mês de Agosto/2015, sendo de rigor sua devolução.

Sobre isso ainda, cumpre esclarecer que o réu carece de razão ao afirmar que "na demanda que excluiu a autora do IAMSPE foi determinada a restituição dos valores descontados após a citação" (fls. 81).

Compulsando os autos do processo nº 1006047-02.2015.8.26.0566, constatei que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

não houve pedido de condenação da autarquia à devolução de valores e, como consequência, evidentemente, cingiu-se a sentença à determinação da “cessação do desconto nos vencimentos dos autores da contribuição no percentual de 2% em favor do requerido IAMSPE” (conforme dispositivo aqui reproduzido). Também não houve postulação em fase de cumprimento de sentença para que o réu fosse condenado ao ressarcimento da parcela descontada indevidamente após a data em que implementada a obrigação de fazer descrita acima.

Derradeiramente, e alegação de prescrição de parcela feita pelo réu deve ser admitida.

A autora tinha cinco anos para pedir a restituição da parcela paga em Agosto/2012. A ação foi proposta em 11/09/2017. Portanto, reconheço que a referida parcela está prescrita.

Ante o exposto, JULGO parcialmente procedente a ação para condenar o réu a restituir à autora as contribuições descontadas, observada a prescrição quinquenal, contada retroativamente desde a propositura desta ação, com atualização monetária pela tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública - MODULADA desde a cada desconto e juros moratórios na forma da Lei nº 11.960/09 desde a citação.

A presente sentença é líquida, entretanto para o seu regular cumprimento será indispensável a vinda aos autos dos holerites relativos a todos os meses que fazem parte da condenação. Tais holerites deverão instruir o pedido de cumprimento de sentença, após o trânsito em julgado. Se comprovada a efetiva dificuldade de obtenção dos documentos pela via administrativa, eles serão, mas somente nesse caso, requisitados pelo juízo (art. 524, § 3º do CPC).

Sem honorários advocatícios, no juizado, no primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 05 de fevereiro de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**